

POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E TRANSFORMAÇÕES NO RURAL DA MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ A PARTIR DE 1970

Edson Miotto (Unochapecó – miotto@unochapeco.edu.br.)
Osmar Tomaz de Souza (Unochapecó – thomaz@unochapeco.edu.br.)

Resumo: O objetivo central deste trabalho foi estudar os principais impactos das políticas de modernização agrícola implementadas no Brasil a partir de 1970 no rural da região Oeste de Santa Catarina, em especial da Microrregião de Chapecó. O objetivo consistiu em entender de que forma as propostas de modernização gerais e de cunho homogeneizante afetaram a realidade regional, cujo espaço rural é marcado pela forte presença de uma agricultura familiar diversificada e cuja realidade é, provavelmente, bastante diversa daquela encontrada em outras regiões do país. Para tanto, realizou-se um estudo preliminar sobre as principais políticas adotadas no período e, sobretudo, sobre os seus objetivos para, a partir deles, analisar o comportamento da agricultura e do rural regional. O comportamento da agricultura regional foi analisado a partir dos dados censitários de 1970, 1975, 1985 e 1995-96. No estudo, privilegiou-se os dados que fossem capazes de ilustrar as mudanças na estrutura fundiária regional, nos sistemas de produção, no nível tecnológico e na dinâmica do emprego e da população. Os resultados indicam que em diversos aspectos, as transformações do rural regional se diferenciam daquelas observadas em âmbito nacional e estadual. Por vezes, verifica-se tendência semelhante, embora com diferenças de ritmo nas mudanças. Em outras, as transformações regionais se diferenciam como resultado das suas próprias especificidades.

Palavras-Chave: Modernização agrícola, agricultura familiar, desenvolvimento regional.

1. Introdução

A dinâmica do complexo rural brasileiro durante um longo período foi determinada pelas flutuações do comércio exterior, visto que a produção primária aqui realizada se destinava basicamente ao mercado externo. A produção de bens de consumo era destinada, sobretudo, ao consumo interno das fazendas e a incipiente atividade manufatureira nacional não era capaz de se constituir num núcleo dinâmico significativo à economia do país. A mudança desse quadro se deu em grande parte pelas sucessivas quedas dos preços dos produtos exportáveis que levaram à crise do próprio agro-exportador.

Embora no início do século XX o modelo exportador baseado no café já apresentasse visíveis sinais de crise, é a partir da década de 30 que a ação do Estado passa a estimular de forma mais incisiva o processo de industrialização. Embora esta mudança de foco já estivesse em curso durante toda a primeira metade do século passado, as grandes mudanças estruturais

na agricultura se acentuam mesmo é a partir da década de 60, quando um aparato de políticas públicas modernizantes é adotado no país, caracterizado como o “pacote de modernização agrícola”. O Oeste Catarinense é um caso ilustrativo destas transformações por se tratar de uma região com presença marcante da atividade agropecuária.

O processo de colonização da região teve início por volta de 1916 e por alguns anos ela foi palco de disputas entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Com o final da guerra do Contestado é que ela passou a fazer parte do território de Santa Catarina.

Foi a partir da década de 20, com as migrações de colonos, vindos em sua grande maioria do Rio Grande do Sul, predominantemente descendentes de Italianos e Alemães, e uma parcela menor, vindo diretamente da Europa, que a colonização do Oeste de Santa Catarina deslanchou.

O desenvolvimento econômico regional sempre esteve relacionado diretamente com o setor primário, com predominância de pequenas propriedades, produção diversificada e uma intensa atividade agroindustrial. Esta economia regional de base agropecuária foi diretamente afetada pelas políticas agrícolas de modernização da agricultura brasileira, implementadas a partir da década de 1960.

Neste trabalho, o objetivo foi estudar as principais mudanças ocorridas na agricultura e no rural regional da Microrregião de Chapecó pós 1970, tendo como pano de fundo as políticas de modernização da agricultura brasileira. Entendendo que as dinâmicas regionais e locais se diferenciam a partir das suas especificidades, o intuito foi entender de que forma as políticas gerais nacionais e estaduais – que tratavam o rural brasileiro como uniforme – afetaram uma realidade específica, no caso o rural da região.

Assim sendo, o presente artigo está subdividido em cinco partes, incluindo esta introdução. No item 2, são discutidos os aspectos metodológicos. Na seqüência, apresenta-se um resgate genérico das principais políticas agrícolas e de desenvolvimento rural implementadas no país e no estado a partir dos anos 1970. No item 4, são discutidas as principais transformações verificadas na agricultura e no rural regional naquele período e, por fim, são apresentadas as Considerações finais.

2. Metodologia

A elaboração deste trabalho se deu com a realização de duas etapas. A primeira etapa para a consecução dos objetivos desta pesquisa foi de caráter exploratório, o que se constituiu do levantamento de informações qualitativas que possibilitaram obter um quadro

geral das políticas agrícolas brasileiras e, tratar da realidade do rural da região Oeste Catarinense, a partir de 1970, em especial da Microrregião de Chapecó.

O levantamento de informações quantitativas, que fazem parte da segunda etapa deste trabalho baseou-se nos Censos Agropecuários de Santa Catarina referentes aos anos de 1970, 1975, 1985 e 1995-1996, desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de outras fontes, como o ICEPA.

Cabe destacar que a nova regionalização adotada pelo IBGE, formando as microrregiões geográficas em substituição às microrregiões homogêneas (mesorregião), tornou as comparações intercensitárias um pouco mais difíceis. A regionalização aqui utilizada, foi aquela do Censo Agropecuário de 1995-1996. A mesorregião Oeste Catarinense, com a criação da nova regionalização, foi substituída por cinco microrregiões geográficas, as quais podemos citar: Microrregião de Chapecó, Microrregião de Concórdia, Microrregião de Joaçaba, Microrregião de São Miguel do Oeste e Microrregião de Xanxerê.

Buscando comparar e qualificar os dados dos Censos Agropecuários, foram trabalhados apenas com dados da Microrregião de Chapecó, pela qual foram agrupadas as informações da regionalização antiga em nível municipal, trabalhando com os totais da microrregião geográfica em questão em comparação com os totais apresentados no estado de Santa Catarina.

Cabe ressaltar ainda que, com a criação de 13 (treze) novos municípios a partir do Censo Agropecuário de 1995-96¹, tornou-se ainda mais difícil o tratamento das informações municipais. Nesse caso, para comparar a evolução das informações a partir do ano de 1970, adotou-se a inclusão de dados dos municípios pertencentes à denominação da microrregião de Chapecó no ano de 1995-96. Antes deste Censo, os dados referem-se aos municípios “mãe”, que deram origem aos novos.

Além disto, foram utilizados também outros elementos para verificação das tendências do processo de desenvolvimento do rural regional, com busca de informações em livros, artigos, revistas, consultas de dados em fontes confiáveis, responsáveis pelas informações e diagnósticos do rural brasileiro, tais como IBGE, Epagri, Instituto CEPA e outros.

¹ Criação dos municípios de: Águas Frias, Cordilheira Alta, Cunha Porá, Formosa do Sul, Guatambu, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Nova Itaberaba, novo Horizonte, Planalto Alegre, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste.

3. Políticas de modernização da agricultura brasileira

No início do século XX, a dinâmica da economia brasileira era dada pela produção do Café e, todas as políticas brasileiras baseavam-se na política de valorização deste produto, como àquelas ligadas à compra dos excedentes da produção, financiamentos externos e impostos sobre a exportação. Com o episódio da depressão dos anos 30 e o conseqüente enfraquecimento das oligarquias rurais, houve uma pressão sobre o Governo para que fossem criadas medidas de apoio aos demais setores. Uma nova direção na ordem das políticas agrícolas brasileiras vai ser dada e o foco passa a ser o estímulo aos segmentos urbanos/industriais.

Como resultado, no período compreendido entre 1930 e 1965, acentua-se a integração dos mercados nacionais de alimentos, de trabalho e matérias-primas. Acelera-se o investimento em industrialização pesada – também chamada indústria de base – o que acabou ocasionando a diversificação das atividades agrícolas no país e dinamizando o processo de industrialização através das possibilidades com a substituição de importações, voltadas a desenvolver a produção e o consumo interno.

A partir de meados dos anos 1960, novas formas de políticas agrícolas são introduzidas na agricultura brasileira, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Dentre os objetivos destas novas políticas agrícolas, ressalta-se a promoção de mudanças estruturais nas bases técnica, econômica e sociais da agricultura brasileira.

O SNCR atuava como instrumento de transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas. A criação desta instituição como fonte de crédito rural, tinha o objetivo de integrar a agricultura brasileira ao processo de modernização da economia nacional (LEITE, 2001). Para atender a este objetivo, o crédito era oferecido de forma subsidiada, para incentivar a utilização dos chamados “insumos modernos” (máquinas, equipamentos, defensivos, fertilizantes, etc.) e aumentar a produção e a produtividade, tornando os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional, além de fornecer ao setor agrícola melhores condições que no mercado financeiro, como facilidade de acesso ao crédito, taxas de juros favorecidas e prazos maiores (LEITE, 2001). Silva (1989, p.317) por sua vez menciona que “juntamente com a reforma do Sistema Financeiro, o SNCR estabeleceu as condições necessárias para canalizar compulsoriamente uma percentagem dos depósitos à vista dos bancos para a política de modernização conservadora”.

Devido às altas taxas de inflação a partir do final da década de 70, o crédito rural, caracterizado por subsídios implícitos², passou a representar um gasto excessivo ao Governo. Em função da política de estabilização econômica, que procurava conter o déficit público e a inflação, o crédito subsidiado passou a ser combatido, ocorrendo em 1984 a sua extinção através da aplicação da correção monetária integral sobre os saldos devedores, acrescida de juros reais variáveis.

A partir da década de 80, tem-se uma decadência da política de apoio a agricultura e uma redução da participação do governo na constituição de políticas setoriais. Já no final da década de 80, surgem configurações agroindustriais determinadas por interesses não-agrícolas. É este novo sistema de financiamento que vai atender a agricultura moderna brasileira, ou seja, financiar culturas que apresentam algum tipo de integração com o setor agroindustrial.

Em linhas gerais, o crédito rural foi o instrumento utilizado naquele período para desenvolver o processo de modernização da agricultura brasileira. Era conveniente oferecer um crédito subsidiado, visto que assim seria possível incentivar o uso dos chamados “insumos modernos”. A agricultura deveria tornar-se um mercado consumidor para a indústria nacional. Contudo, o crédito mostrou-se concentrado em determinadas regiões, culturas e segmentos de produtores, tendo sido alvo de críticas por diversos autores.

Na década de 90, percebemos uma diferenciação na estrutura das políticas agrícolas brasileiras. São os primeiros sinais de mudança, com políticas voltadas a tratar das questões ambientais, de desenvolvimento rural e da produção agrícola. Segundo Mior (2005, p.162), pode-se destacar especialmente “a implementação de programas de apoio à agricultura familiar (Pronaf)”. Ainda segundo ele, “embora já tenha havido políticas específicas para o pequeno produtor rural anteriormente, estas nunca tinham tido um alcance nacional como o Pronaf”.

Apesar da ênfase das políticas agrícolas brasileiras estarem voltadas a apoiar o modelo produtivista, tem-se uma fragmentação destas, na medida que se passa a implementar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir de 1996 (MIOR, 2005, p.163). Este novo programa propõe uma explícita descentralização, pois passam a fazer parte os espaços estaduais, regionais e locais na elaboração e execução das políticas agrícolas.

O PRONAF constitui-se de um desdobramento de vários movimentos sindicais iniciados ainda na década de 80, os quais estavam centrados em promover a construção de um

² Benefícios incluídos aos valores dos contratos canalizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. Segundo Graziano da Silva (1989), a elevação das taxas inflacionárias fez crescer os subsídios implícitos nas taxas

modelo diferente para o desenvolvimento rural. Conforme proposto pelo Governo Federal em 1996 e citado por Mior (2005, p.164), o Pronaf tem por objetivo geral “propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e o incremento da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares”.

Através da criação do PRONAF, tem-se em um primeiro momento o reconhecimento da importância econômica e social, presente e potencial, da agricultura familiar no Brasil. Este potencial dos pequenos agricultores não apenas passou a ser reconhecido, mas sim este reconhecimento vem se traduzindo em políticas orientadas a apoiar cada vez mais o seu desenvolvimento.

No estado de Santa Catarina, com a implantação do Pronaf em 1996, desenvolveram-se projetos para efetivar a liberação de recursos para a agricultura familiar e para fortalecer as agroindústrias instaladas no Estado. O avanço deste programa esteve preocupado em atuar promulgando o processo de desenvolvimento e organizando as formas de produção pelos agricultores do Estado. Por solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, foram elaborados dois projetos pilotos em Santa Catarina: “O Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense” e o “Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, no Sul do Estado” (MIOR, 2005, p.166).

Antes disso, ainda nos anos 60, as políticas voltadas a atender a agricultura do Estado de Santa Catarina já se mostram bastante estruturadas e com estratégias de desenvolvimento bem definidas. No governo Celso Ramos (1961-1965), elabora-se o Plano de Metas de Governo (PLAMEG I), que segundo Mussoi (2003, p.221) “o PLAMEG I tinha como objetivo, inversões para a expansão agrícola e industrial”. Juntamente com este plano de governo, atuaram neste período outros mecanismos, principalmente a criação do Serviço de Extensão Rural (ACARESC) no ano de 1956, que auxiliavam em pesquisas e extensão rural aos agricultores.

A política de incentivos dos anos 70 foi captada de diferente forma entre os agentes agroindustriais no Estado de Santa Catarina. As agroindústrias privadas investiram na modernização de suas plantas e construção de novas instalações nos ramos de produção de suínos, aves e de soja, e o setor agroindustrial cooperativo manteve-se em investir apenas no setor suinícola. Desta forma, se constituíram as condições que viabilizaram a modernização

nominais prefixados do SNCR e reduzir o volume de depósitos à vista nos Bancos comerciais, que era fonte básica dos recursos canalizados para o crédito rural.

da agropecuária catarinense e, em especial à da região Oeste do Estado, que possui elevada produção pecuária, atuando no cenário nacional e internacional (TESTA *et al*, 1996).

Porém, estes incentivos não atingiram os grupos de agricultores e de produtores agrícolas de forma igualitária no Estado. O crédito rural subsidiado colocado à disposição dos agricultores acabou sendo tomado de forma diferenciada entre os mesmos, pela qual àqueles que tinham melhores condições de acesso ao crédito, devido à extensão de suas propriedades e também pelo grau de instrução dos agricultores, foram beneficiados e passaram a investir na avicultura e suinocultura.

Ainda em âmbito estadual, o início dos anos 1980 marcou a criação de uma estrutura de pesquisa e extensão voltada especificamente à agricultura familiar, o Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades (CPPP), em Chapecó (MIOR, 2005). A criação deste centro visava dirigir pesquisas de apoio a pequenos produtores, para atender as necessidades técnicas específicas das pequenas propriedades agrícolas.

Em 1991, a responsabilidade pela política de pesquisas agropecuárias e a profissionalização dos pequenos agricultores rurais do estado passa a ser canalizada para a uma única empresa, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EPAGRI), deixando a assistência técnica e a extensão rural para os municípios (MIOR, 2005, p.172).

É a partir deste quadro geral na estrutura e no rol de políticas públicas que se analisa as transformações ocorridas no rural regional, o que se faz a seguir.

4. Transformações no rural da microrregião de chapecó

4.1. As mudanças na estrutura fundiária

Graças à sua colonização realizada por pequenos proprietários rurais, a estrutura fundiária da Região Oeste de Santa Catarina está constituída basicamente por pequenas propriedades rurais, com estabelecimentos agrícolas com área de até 100 (cem) hectares. Dentro da região Oeste, a Microrregião de Chapecó ilustra bem tal realidade.

A Microrregião de Chapecó possui uma área de 5460 km² e é constituída por 30 municípios³, conforme o Censo Agropecuário de 1995-96. Na região, assim como no estado

³ São eles, Águas de Chapecó, Águas Frias, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunha Porã, Formosa do Sul, Guatambu, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo horizonte, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste.

de Santa Catarina, predominam os estabelecimentos com menos de 10 (dez) hectares, concentrados em uma pequena proporção de área, como observamos na Tabela 01.

No ano de 1970, cerca de 39,24% dos estabelecimentos agrícolas da Microrregião de Chapecó, eram constituídos por uma área inferior a 10 hectares, compreendendo uma proporção de área de 11,57% naquele ano. Para o ano de 1985, estes percentuais aumentaram para 47,14% e 16,99%, respectivamente.

Tabela 01 –Número e área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Microrregião de Chapecó – 1970, 1985 e 1995-1996.

Grupos de área total	Estabelecimentos			Área (ha)		
	1970	1985	1995/96	1970	1985	1995/96
Menos de 10	39,24	47,14	39,51	11,57	16,99	13,44
10 a menos de 100	59,98	52,22	59,62	76,16	71,47	74,24
100 a menos de 1000	0,74	0,62	0,85	8,73	9,03	10,78
1000 a menos de 10000	0,03	0,02	0,02	3,55	2,51	1,55
10000 a mais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Microrregião Chapecó	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970,1985 e 1995-1996, IBGE.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 1995, no ano agrícola de 1995/96, em relação ao censo de 1985, foi registrada uma redução de quase 807 mil hectares do total de área agrícola e, queda também de cerca de 31.626 estabelecimentos rurais no estado de Santa Catarina (Tabela 02). Na microrregião de Chapecó não foi diferente, registrou-se uma redução de cerca de 30 mil hectares e queda de 5.879 estabelecimentos, correspondendo a 5,44% a menos em área e a 16,02% em estabelecimentos (Tabela 03).

Tabela 02 – Número e área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Santa Catarina – 1970, 1985 e 1995-1996.

Grupos de área total	Estabelecimentos			Área (ha)		
	1970	1985	1995/96	1970	1985	1995/96
Menos de 10	66 074	91 883	72 462	339 874	448 981	364 674
10 a menos de 100	132 180	133 536	122 036	3 609 980	3 453 442	3 130 947
100 a menos de 1000	8 477	8 861	8 231	2 063 225	2 256 902	2 074 321
1000 a menos de 10000	460	565	505	865 224	1 087 206	1 004 341
10000 a mais	8	6	3	147 022	173 004	38 562
sem declaração	19	122	110	-	-	-
Total Santa Catarina	207 218	234 973	203 347	7 025 325	7 419 535	6 612 845

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970,1985 e 1995-1996, IBGE.

Em termos globais, a redução relativa na Microrregião de Chapecó tanto do número quanto à área dos estabelecimentos agrícolas, no período compreendido entre 1970 a 1995-96 foi bastante semelhante à que ocorreu no Estado.

No entanto, se compararmos à redução mais acentuada dos estabelecimentos situados nos estratos de área extremos (maiores e menores), em relação à Santa Catarina, a estrutura fundiária da Microrregião de Chapecó evoluiu, entre os anos de 1985 e 1995-96, em um sentido diferenciado daquele ocorrido no estado. A região manteve em 1995-96 maior participação dos estratos menores que 100 hectares, que juntos somaram 87,68% do total da área e 99,13% do número de estabelecimentos.

Tabela 03 – Número e área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Microrregião de Chapecó – 1970, 1985 e 1995-1996.

Grupos de área total	Estabelecimentos			Área (ha)		
	1970	1985	1995/96	1970	1985	1995/96
Menos de 10	10 406	17 293	12 173	54 728	91 899	68 711
10 a menos de 100	15 905	19 158	18 369	360 244	386 509	379 649
100 a menos de 1000	196	229	262	41 293	48 841	55 119
1000 a menos de 10000	9	8	5	16 771	13 575	7 915
10000 a mais	-	-	-	-	-	-
sem declaração	-	-	-	-	-	-
Total Microrregião Chapecó	26 516	36 688	30 809	473 036	540 824	511 393

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970, 1985 e 1995-1996, IBGE.

Segundo o Instituto CEPA (2002), verifica-se também, que enquanto que o conjunto das terras agrícolas do Estado mostrou-se com uma tendência concentradora da propriedade das terras na década de 70, a qual já apresentava índices de concentração bem menores, mostra a partir do ano de 1985 uma tendência de leve desconcentração fundiária. Este fenômeno que ocorreu em todas as microrregiões do Oeste Catarinense, pode estar confirmando a tendência de desconcentração da posse da área de terras nos estabelecimentos.

Vários foram os fatores que contribuíram para a desconcentração de estabelecimentos da Microrregião de Chapecó. Segundo o Instituto CEPA (2002), dentre os fatores, pode-se destacar a progressiva perda de rentabilidade do setor, seja pelo encolhimento da presença do Estado - decretando, por exemplo, o fim da política de subsídios para a agricultura e a redução dos serviços de extensão rural e pesquisa agrícola -, seja pela recessão econômica do começo da década de 80, ou pelo processo de internacionalização acelerada da economia brasileira a partir dos anos 90.

Neste contexto, ganharam força novamente os movimentos migratórios (e o conseqüente abandono de pequenas propriedades rurais) e ressurgiram os conflitos pela posse da terra. Por

outro lado, ocorreu o direcionamento dos investimentos em terras localizadas em outras regiões do país (notadamente na Amazônia e Centro-Oeste) e a retirada de um expressivo número de empresas dos mais variados ramos que até então investiam em terras, além do parcelamento formal dos grandes imóveis para descaracterizá-los como latifúndios (Instituto CEPA, 2002).

Este conjunto de fatos expressou-se no último censo realizado (1995-1996), através das perdas de área e do número de estabelecimentos em todas as classes de área em relação ao ano de 1985, exceto de 1.000 a 10.000 hectares e, com maior evidência nos menores estratos, de menos de 10 hectares (Tabela 3). Como resultado, os estabelecimentos agropecuários com área inferior a 10 hectares perderam representatividade no período (39,51% em 1995-96, contra 47,14% em 1985), enquanto os estratos de 10 a 100 hectares aumentaram sua participação de 52,22% em 1985, para 59,62% em 1996.

4.2. Mudanças Gerais nos Sistemas de Produção Agropecuários

Como já visto anteriormente, as políticas agrícolas brasileiras visavam mecanizar o campo, e de certa forma, aumentar a produtividade seja com políticas de preços dos produtos ou, com políticas de modernização. O crédito rural subsidiado desempenhou significativa importância na expansão agrícola brasileira, entre os anos de 1960 até o final da década de 80. De um modo geral, estimulou-se o investimento e reduziu-se impacto das relações de troca desfavoráveis entre a agricultura e o setor industrial (FIGUEIREDO, 1988).

Nas tabelas anteriores, percebemos que houve uma gradativa redução do número e da área dos estabelecimentos agrícolas, ocorrida no Estado de Santa Catarina bem como, em municípios que compreendem a Microrregião de Chapecó.

Tabela 06 – Área colhida de lavouras selecionadas – Santa Catarina – 1970, 1985 e 1995-1996.

Área das seguintes lavouras (ha)	1970	1985	1995-96
Arroz (em casca)	116 218	120 350	111 441
Feijão (em grão)	153 559	340 679	254 790
Milho (em grão)	672 156	850 628	754 966
Trigo (em grão)	120 009	35 035	29 943

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970, 1985 e 1995-1996, IBGE.

Na Tabela 06, acima, estão expressas as áreas colhidas com alguns dos principais produtos das lavouras catarinenses, tais como a produção de Arroz, Feijão, Milho e Trigo. Como se pode observar, entre os anos de 1970 e 1985, houve uma expansão na área colhida de lavouras com produção de Arroz, Feijão e Milho, e uma grande redução, neste mesmo período, na produção de Trigo, na qual no ano de 1970 eram cultivados cerca de 120.009 mil hectares, passando para apenas 35.035 mil hectares no ano de 1985.

Entre os anos de 1985 e 1995-96, visualiza-se redução da área de plantio nas 04 (quatro) principais lavouras citadas para o estado de Santa Catarina, registrando-se em 1995-96, um total de 195.552 hectares a menos que a área cultivada no ano de 1985.

O aumento da área colhida nas lavouras até o ano de 1985 foi em decorrência do período em que a política agrícola brasileira (notadamente a de crédito e de preços mínimos) era muito favorável à agricultura (CENSO AGROPECUÁRIO, 1995-96).

Em contrapartida, como já visto em capítulo anterior, verifica-se que a partir do final da década de 80, as políticas de crédito começam a entrar em decadência, este fato, pode estar relacionado à notável redução das áreas cultivadas das lavouras entre os anos 1985 e 1995-96. Cabe destacar ainda, que culturas típicas da agricultura familiar, como o feijão, não foram beneficiadas pela política agrícola, o que pode explicar suas variações. Já o trigo, perdeu todo o subsídio após o final dos anos 1980, o que certamente também afetou seu desempenho.

Movimentos semelhantes aos do estado de Santa Catarina podem ser observados na Microrregião de Chapecó. Na Tabela 07, verificamos um aumento, do ano de 1985 em relação ao ano de 1970, nas áreas colhidas de lavouras de Feijão e Milho, e uma considerável redução nas lavouras de Arroz e Trigo. No ano de 1995-96 em relação ao ano de 1985, percebe-se uma redução da área colhida para todas as lavouras (Arroz, Feijão, Milho e Trigo).

Vale ressaltar ainda, que o relevo da Microrregião de Chapecó, é classificado como ondulado a fortemente ondulado, os solos são pedregosos, o que resultam em uma redução ainda maior da área de que cada estabelecimento possui para o cultivo de lavouras anuais (MELLO e SCHMIDT, 2003). Tendo em vista as dificuldades para o cultivo, o agricultor da região adota uma estratégia de diversificação de suas atividades de produção, buscando melhor utilizar suas terras e reduzir os riscos climáticos. Por conta da grande diversificação da agricultura catarinense, existem outros produtos de várias lavouras que assumem papel importante na produção do Estado e que a maioria destes produtos e lavouras originam-se na pequena propriedade agrícola.

Tabela 07 – Área colhida lavouras selecionadas – Microrregião de Chapecó – 1970, 1985 e 1995-1996.

Área das seguintes lavouras (ha)	1970	1985	1995-96
Arroz (em casca)	7 584	5 415	3 022
Feijão (em grão)	45 564	107 957	87 403
Milho (em grão)	129 872	220 753	162 521
Trigo (em grão)	21 369	7 601	7 254

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970,1985 e 1995-1996, IBGE.

Nas Tabelas 08 e 09, observa-se os dados sobre as quantidades colhidas de algumas lavouras, no Estado e na Microrregião de Chapecó, respectivamente. Em geral, os dados mostram que no Estado de Santa Catarina, a quantidade colhida teve um considerável aumento entre os anos de 1970 e 1995-96, com algumas oscilações na produção de Feijão e Trigo. Como vimos anteriormente, a área cultivada teve uma relativa redução entre o período de 1970 e 1995-96, porém, esta redução não impediu o Estado de ampliar sua produção em algumas das principais lavouras. A lavoura de Milho, que teve maior aumento significativo, acabou por compensar a queda na produção das demais lavouras, principalmente na produção de Feijão e Trigo.

Tabela 08 – Quantidade colhida de lavouras selecionadas – Santa Catarina – 1970, 1985 e 1995-1996

Quantidade colhida das seguintes lavouras (T)	1970	1985	1995-96
Arroz (em casca)	181 808	327 633	497 445
Feijão (em grão)	81 501	247 861	223 294
Milho (em grão)	1 197 587	1 942 966	2 305 140
Trigo (em grão)	88 941	38 278	44 755

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970,1985 e 1995-1996, IBGE.

Já para a Microrregião de Chapecó, considerando-se o ano de 1985 em relação a 1970, registrou-se aumento nas lavouras de Feijão e Milho, e redução para as lavouras de Arroz e Trigo. No ano de 1995-96 em relação a 1985, todas as lavouras citadas, exceto a de trigo, sofreram redução na quantidade colhida.

O período de 1970 a 1995-96 foi presenciado pela grande investida de modernização da agricultura brasileira, conforme já citado anteriormente. Através dos dados apresentados nas Tabelas 06 e 08, é possível identificar que neste período, de uma maneira geral o Estado de Santa Catarina passou a absorver e introduzir os novos mecanismos de modernização da agricultura. Este fato pode ser observado também nas Tabelas 07 e 09, as quais representam a área cultivada e produção na Microrregião de Chapecó. Se visualizar nas tabelas, percebe-se

que durante o período entre os anos de 1970 e 1995-96, houve considerável redução da área cultivada nas principais culturas da região. Porém, é possível identificar que na maioria das culturas houve um aumento de produtividade.

O aumento da produtividade atingido na região, de certa forma está ligado ao incremento dos novos mecanismos modernos na agricultura brasileira e à utilização de insumos, defensivos e outras formas de assistência técnica que propiciaram a expansão da produção agrícola. Porém, o que se nota, é que a modernização não se deu de forma uniforme por todo o Estado, conforme ficará evidenciado adiante.

Na Tabela 09, pode-se identificar também um caso peculiar ocorrido na Microrregião de Chapecó, o notado aumento da produção de milho. Principalmente a partir da década de 80, quando se intensificou o processo expansão dos complexos agroindustriais na região, houve maior integração entre produtores familiares de suínos e as agroindústrias instaladas na região.

Tabela 09 - Quantidade colhida de lavouras selecionadas – Microrregião de Chapecó – 1970, 1985 e 1995-1996.

Quantidade colhida das seguintes lavouras (T)	1970	1985	1995-96
Arroz (em casca)	5 844	4 726	4 320
Feijão (em grão)	32 032	71 065	65 757
Milho (em grão)	289 016	560 009	454 953
Trigo (em grão)	14 385	5 973	8 088

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970, 1985 e 1995-1996, IBGE.

O aumento da produção de milho na Microrregião de Chapecó, representada no Censo Agropecuário de 1985 parece estar relacionada com o aumento da produção de suínos, que acabou por demandar maior quantidade deste produto, visto que o mesmo é utilizado como alimento para a produção agropecuária.

Outra fonte para evidenciar o aumento da produção de milho na região, pode estar ligada a diversificação das propriedades rurais. Como citado anteriormente, inicia-se na década de 70, o surgimento da avicultura industrial na região Oeste Catarinense, apresentando um perfil diferente daquela utilizada na produção de suínos. Com o crescimento das agroindústrias, começam a ser desenvolvidas na região Oeste Catarinense, com expressão econômica relevantes, novas atividades produtivas, as quais se concentram na especialização dos sistemas de produção de milho/suínos ou milho/aves.

Em se tratando de produção pecuária, o Estado detém destaque tanto no cenário nacional quanto no internacional com sua grande produção de carnes, em especial a criação de aves e

suínos. A Tabela 10 apresenta os efetivos dos principais segmentos da pecuária no Estado de Santa Catarina nos anos de 1970, 1985 e 1995-96. Como pode-se observar, tiveram aumento em todos os efetivos citados, entre eles de Bovinos, Suínos, Galinhas, Galos, Frangas e Frangos.

A pecuária bovina demonstrou elevação neste período, passando de 1,9 milhões de cabeças em 1970, para 3,1 milhões de cabeças em 1995-96. No efetivo de suínos também se verifica significativo aumento no número de cabeças, com um total de 3,1 milhões em 1970 e 4,5 milhões em 1995-96.

Os efetivos de galinhas, galos, frangas e frangos, tiveram o maior impulso neste período, sendo o maior aumento de produção pecuária do Estado. Em 1970 o número deste efetivo era de 12,7 milhões, em 1985 passou para 54,1 milhões, e em 1995-96, o número de cabeças aumentou para 85,6 milhões. Segundo o Censo Agropecuário (1995-96, p. 40), “o avanço nos efetivos de galinhas, galos, frangas e frangos resultou, em boa medida, do impulso dinâmico fornecido pelos mercados urbanos do Centro-Sul e pelas oportunidades de exportação de carne de frango”.

Tabela 10 – Efetivos de bovinos, suínos, galinhas, galos, frangos e frangas – Santa Catarina – 1970, 1985 e 1995-1996.

Efetivos em Santa Catarina	Total de Cabeças		
	1970	1985	1995-96
Bovinos	1 955 228	2 742 896	3 097 351
Suínos	3 145 337	3 185 301	4 535 571
Galinhas, Galos, Frangas e Frangos	12 699 471	54 051 203	85 567 000

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970, 1985 e 1995-1996, IBGE.

Na Microrregião de Chapecó, também houve aumento significativo nos efetivos de bovinos, suínos, galinhas, galos, frangas e frangos no período de 1970 a 1995. Como podemos observar, no efetivo de bovinos, o número de cabeças passou de 164,4 mil em 1970, para 383,4 mil em 1995-96. Segundo dados do Censo Agropecuário (1995-96, p.41), “dos 3,1 milhões de bovinos de Santa Catarina em 31-07-1996, cerca de 2,1 milhões de animais (ou 66,2% do total) se encontravam em estabelecimentos com menos de 50 hectares de área”.

Este aumento, que pode ser facilmente percebido a partir da década de 80, esta de certa forma, relacionado com a exclusão da integração suinocultura de uma boa parte dos agricultores da região. Para ocupar sua mão-de-obra familiar, os agricultores passam a incrementar em suas atividades agrícolas a produção de leite (Mello e Schmidt, 2003).

Em 1970 o número de cabeças no efetivo de suínos era de 676,9 mil, reduzindo-se este número para 607,4 mil em 1985 e voltando a aumentar em 1995-96, com 745,6 mil cabeças de suínos. Acredita-se que o principal fator da queda da produção de suínos no ano de 1980 e o visível aumento no ano de 1995, possam estar ligados à implantação do novo modelo técnico da suinocultura, predominantemente na região Oeste Catarinense, o que acabou criando enormes barreiras para os agricultores entrarem nesta atividade. Tendo em vista que a partir da década de 80, as agroindústrias procuraram aumentar a escala de produção dos agricultores, porém, enquanto que poucos conseguem se integrar aos novos moldes de produção, os demais agricultores são obrigados a abandonar a produção de suínos e procurar outras atividades agrícolas (Mello e Schmidt, 2003). A queda na produção de suínos no ano de 1985, também pode estar relacionada com o possível aumento na produção de aves neste período, visto que houve significativa migração de produtores entre estes dois efetivos pecuários.

Tabela 11 – Efetivos de bovinos, suínos, galinhas, galos, frangos e frangas – Microrregião de Chapecó – 1970, 1985 e 1995-1996.

Efetivos de bovinos, suínos, ovinos, galinhas e galos, frangos e frangas na Microrregião de Chapecó	Total de Cabeças		
	1970	1985	1995-96
Bovinos	164 385	269 566	383 385
Suínos	676 937	607 390	745 574
Galinhas, Galos, Frangas e Frangos	1 785 368	10 397 169	16 541 000

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970, 1985 e 1995-1996, IBGE.

Semelhante ao total do Estado, o número de efetivos de galinhas, galos, frangos e frangas na Microrregião de Chapecó, apresentou considerável aumento. A maior expansão ocorre no ano de 1985 em relação ao ano 1970, pela qual se registrou um aumento de cerca de 8,6 milhões de cabeças, passando de 1,8 milhões em 1970, para 10,4 milhões em 1985. No ano de 1995-96 o número de cabeças deste efetivo era na ordem de 16,5 milhões.

Na Tabela 12, estão expressos dados de participação da Microrregião de Chapecó no total da produção dos efetivos do Estado de Santa Catarina. No efetivo de bovinos, a participação da Microrregião de Chapecó correspondia em 8,41% no ano de 1970, aumentando para 9,83% em 1985, e 12,38% no ano de 1995-96. O efetivo de suínos mostrou uma redução da participação da Microrregião no Estado. Em 1970, a microrregião de Chapecó participava com 21,52% da produção de suínos no Estado de Santa Catarina. No ano de 1985 reduziu-se para 19,07% e em 1995-96 caiu para 16,44% no total do Estado. Os

efetivos de galinhas, galos, frangas e frangos, apresentaram significativo aumento, passando de 14,06% em 1970, para 19,24% em 1985 e 19,33% em 1995-96.

Tabela 12 - Participação da Microrregião de Chapecó no estado de Santa Catarina, nos efetivos de bovinos, suínos, galinhas, galos, frangas e frangos – 1970, 1985 e 1995-1996.

Efetivos de bovinos, suínos, galinhas e galos, frangos e frangas na Microrregião de Chapecó	Total de Cabeças		
	1970	1985	1995-96
Bovinos	8,41	9,83	12,38
Suínos	21,52	19,07	16,44
Galinhas, Galos, Frangas e Frangos	14,06	19,24	19,33

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970,1985 e 1995-1996, IBGE.

Vale ressaltar ainda, que neste período, em todo o Estado de Santa Catarina, teve papel importante a incorporação de tecnologias modernas neste setor, bem como o avanço do modelo de integração entre as empresas abatedoras e os produtores agrícolas.

Os dados da tabela acima podem retratar os objetivos citados anteriormente, em que em meados da década de 70, no Estado de Santa Catarina, visou-se expandir a produção e buscar novos mercados. Neste processo, as empresas agroindustriais catarinenses acabaram por aumentar sua produção, via integração de uma grande quantidade de novos produtores. Mesmo com a incorporação ao sistema de produção suína, os produtores ainda podiam manter sua produção diversificada para subsistência, mas principalmente visando sua comercialização no mercado interno (TESTA *et al.*, 1996).

Entretanto, na década de 80, iniciou-se um processo de articulação do setor agroindustrial voltado principalmente a atender o mercado externo, o que levou a alteração nas formas tradicionais de organização da produção e comercialização, principalmente na produção de suínos que criavam novas exigências e padrões para a produção. Houve neste período, grande integração entre produtores familiares de suínos e as agroindústrias instaladas na região, o que propiciou a agregação de valor para o preço da carne suína, ampliando as etapas de processamento e industrialização, o que conseqüentemente expulsou grande parte dos agricultores antes integrados aos antigos modelos de produção.

4.3. A Modernização Desigual: Análise do Nível Tecnológico

Como já foi salientado, o principal objetivo das políticas agrícolas brasileiras, era a mudança do padrão tecnológico da agricultura, viabilizando o uso de novos insumos e a ampliação da produção. Os dados da Tabela 13 retratam em parte o padrão tecnológico para o Estado de Santa Catarina nos anos de 1970, 1985 e 1995-96.

Observa-se que no ano de 1970 existiam apenas 6.063 mil tratores no estado de Santa Catarina, o que correspondia 2,93% dos estabelecimentos que possuíam este equipamento para o cultivo agrícola.

Tabela 13 – Estabelecimentos com máquinas, instrumentos agrícolas e meios de transportes – Santa Catarina – 1970, 1985 e 1995-1996.

Máquinas e Instrumentos Agrícolas existentes em Santa Catarina	Total de estabelecimentos informantes					
	Tratores	Máquinas para plantio	Máquinas para colheita	Caminhões	Utilitários	Número de Estabelecimentos
1970	6 063	-	-	2 710	11 555	207 218
1985	46 435	17 580	5 780	5 917	21 784	234 973
1995-96	63 148	27 864	8 919	6 956	24 342	203 347

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970, 1985 e 1995-1996, IBGE.

No ano de 1985, o número de declarantes de uso de tratores no Estado passou para 46.435, representando 19,76% dos estabelecimentos, e em 1995-96, com um total de 63.148 mil tratores, correspondendo a 31,05% dos estabelecimentos agrícolas (Tabelas 14 e 15).

O período entre 1970 e 1995-96, foi marcado pelo aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e, de ambos com o setor externo, que foi propiciado pela política agrícola e comercial desenvolvida neste período. Este processo registrou o incremento de tecnologias entre a indústria e a agricultura, caracterizando-se pela mudança na base técnica dos meios de produção utilizados pela agricultura brasileira e materializando-se com o uso de máquinas industriais, tais como tratores, colhedoras, implementos e outros equipamentos agrícolas.

Na mesma lógica de incorporação de equipamentos modernos, o número de estabelecimentos declarantes do uso de máquinas para plantio e para colheita no estado de Santa Catarina teve relativo progresso, visto que em 1985, eram respectivamente de 17.580 e 5.780. Já no ano de 1995-96, os números de declarantes do uso daqueles equipamentos passaram para 27.864 (plantio) e 8.919 (colheita).

Em termos percentuais (Tabela 14), a participação de estabelecimentos que declararam utilizar máquinas para plantio foi relativamente baixa no ano de 1985. No ano de 1995-96,

notamos certa elevação no uso de máquinas na produção, porém ainda com um baixo percentual, pois apenas 13,70% dos estabelecimentos catarinenses utilizavam máquinas para plantio e 4,39% para colheita. O uso de caminhões na agropecuária do Estado também pouco se elevou durante os anos de 1970 a 1995-96. No ano de 1970, apenas 1,31% dos estabelecimentos agrícolas do Estado declararam possuir caminhões para auxiliar no escoamento da produção. Em 1985 este percentual passou para 2,52 e no ano de 1995-96 registrou-se um percentual de 3,42% de estabelecimentos declarantes de uso de caminhões.

Já os proprietários agrícolas declarantes do uso e posse de utilitários aumentou consideravelmente no estado de Santa Catarina. A maior elevação ocorre entre os anos de 1970 e 1985, passando de 5,58% para 9,27%, os estabelecimentos declarantes de possuir utilitários. Já para o ano agrícola de 1995-96, a proporção de utilitários foi de 11,97% dos estabelecimentos agrícolas.

Tabela 14 - Proporção dos estabelecimentos com máquinas, instrumentos agrícolas e meios de transportes – 1970, 1985 e 1995-1996.

Máquinas e Instrumentos Agrícolas existentes em Santa Catarina	Proporção de estabelecimentos informantes (%)				
	Tratores	Máquinas para plantio	Máquinas para colheita	Caminhões	Utilitários
1970	2,93	0,00	0,00	1,31	5,58
1985	19,76	7,48	2,46	2,52	9,27
1995-96	31,05	13,70	4,39	3,42	11,97

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970,1985 e 1995-1996, IBGE.

No que se refere à evolução de nível tecnológico, observamos que na Microrregião de Chapecó, o crescimento ou a utilização dos meios modernos de produção agrícola foram bem inferiores aqueles apresentados no Estado. Como já citado anteriormente, o rural regional é formado basicamente por um conjunto de pequenas propriedades agrícolas, com estabelecimentos com estratos de área entre 10 e 50 hectares. Já as políticas agrícolas brasileiras atendiam a uma minoria dos estabelecimentos rurais, que eram os mais capitalizados e que detinham grandes proporções de área. Estes fatores podem ajudar a compreender a baixa absorção de tecnologias modernas na agricultura da Microrregião de Chapecó, conforme será evidenciado adiante.

Tabela 15 - Máquinas, instrumentos agrícolas e meios de transportes – Microrregião de Chapecó – 1970, 1985 e 1995-1996.

Máquinas e Instrumentos Agrícolas existentes na Microrregião de Chapecó	Total de estabelecimentos informantes					Número de Estabelecimentos
	Tratores	Máquinas para plantio	Máquinas para colheita	Caminhões	Utilitários	
1970	162	-	-	168	1 197	26 516
1985	3 168	2 162	803	522	2 763	36 688
1995-96	4 607	3 303	1 201	325	1 738	30 809

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970,1985 e 1995-1996, IBGE.

Em se tratando do uso de tratores nas lavouras e trabalhos rurais, a Microrregião de Chapecó apresentou para o ano de 1970 apenas 162 estabelecimentos declarantes possuidores daquela máquina, o que representava 0,61% dos estabelecimentos da região. Em 1985 este percentual passou para 8,63% e em 1995-96 para 14,95%, totalizando 4.607 tratores (Tabela 16). Os dados acima indicam uma população rural com pouco capital e com muitas dificuldades de acesso aos créditos das políticas agrícolas.

A utilização de máquinas para plantio e para colheita representava respectivamente, 5,89% e 2,19% no ano de 1985 e, 10,72% e 3,9% em 1995-96, números estes também baixos, demonstrando que a modernização não foi uniforme para todo o estado de Santa Catarina, visto que este último apresentou índices superiores neste mesmo período. Quanto ao uso de caminhões e utilitários, observa-se um pequeno crescimento para o ano de 1985 em relação ao ano de 1970 e, uma queda, no ano 1995-96 em relação ao ano de 1985, como podemos verificar na Tabela 16.

Tabela 16 - Proporção dos estabelecimentos com máquinas, instrumentos agrícolas e meios de transportes – Microrregião de Chapecó – 1970, 1985 e 1995-1996.

Máquinas e Instrumentos Agrícolas existentes na Microrregião de Chapecó	Proporção de estabelecimentos informantes (%)				
	Tratores	Máquinas para plantio	Máquinas para colheita	Caminhões	Utilitários
1970	0,61	0,00	0,00	0,63	4,51
1985	8,63	5,89	2,19	1,42	7,53
1995-96	14,95	10,72	3,90	1,05	5,64

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1970,1985 e 1995-1996, IBGE.

No ano de 1970, os dados indicam apenas 168 caminhões nos estabelecimentos da Microrregião de Chapecó, representando 0,63% dos estabelecimentos. Este percentual passa para 1,42% em 1985 e para 1,05% no ano de 1995-96.

Pouca variação ocorreu também no número de utilitários da Microrregião. Em 1970, representava 4,51% dos estabelecimentos, registrando um aumento para 7,53% em 1985 e redução para 5,64% no ano de 1995-96.

Outros aspectos importantes das políticas agrícolas brasileiras são aqueles ligados à presença e acesso à assistência técnica, a expansão do uso de insumos, defensivos e práticas de conservação do solo, que proporcionariam aumento da produtividade do setor agrícola.

No que se refere à utilização de assistência técnica nos estabelecimentos, o estado de Santa Catarina apresenta um considerável aumento no período de 1985 a 1995-96. No ano de 1985, 84.523 mil estabelecimentos (35,97%), declaram utilizar assistência técnica em suas propriedades. No ano de 1995-96, eram 133.076 mil declarantes de uso de assistência técnica, que representava cerca de 65,44% dos estabelecimentos do Estado (Tabelas 17 e 18).

Quanto ao uso de fertilizantes, em 1975 apenas 42,14% dos estabelecimentos utilizavam adubos, sejam químicos ou orgânicos, em suas propriedades. No ano de 1985 o percentual de estabelecimentos informantes de uso de fertilizantes passou para 67% e no ano de 1995-96, cerca de 84,56% dos estabelecimentos catarinenses já utilizavam algum tipo de adubo ou corretivo químico em suas propriedades rurais.

Em se tratando de controle de pragas e doenças em lavouras e também na pecuária, vê-se que um grande número de estabelecimentos já adotava estas práticas desde o ano de 1975. Como podemos observar na Tabela 18, ainda no ano de 1975, 87,60% dos estabelecimentos do estado de Santa Catarina declararam utilizar defensivos para controlar a produção nas lavouras agrícolas. Já no ano de 1995-96, o percentual passou para 95,25% dos estabelecimentos catarinenses declarantes de utilizar controle de pragas e doenças nas lavouras.

Ainda na Tabela 18, percebe-se que as práticas de conservação do solo não tiveram a mesma evolução que as demais. No ano de 1975, apenas 12,99% dos estabelecimentos catarinenses realizaram alguma prática de conservação de solos. No ano de 1985, foram 26,22% dos estabelecimentos e no ano de 1995-96, com um considerável aumento, 41,14% dos estabelecimentos declararam utilizar conservação de solos em suas lavouras. Se considerarmos a degradação do meio ambiente nos últimos 50 anos, percebemos que rapidamente se extinguiram as terras férteis cultivadas e, através dos índices apresentados, percebemos que pouco se fez para controlar este acontecimento. Isto explica o fato de em 1995-96, 84,56% dos estabelecimentos utilizarem fertilizantes químicos em suas propriedades.

Tabela 17 - Uso de assistência técnica, fertilizantes, defensivos, práticas de conservação de solo e energia elétrica – Santa Catarina – 1975, 1985 e 1995-1996.

Estabelecimentos informantes em Santa Catarina	Total de estabelecimentos informantes					Número de Estabelecimentos
	Assistência técnica	Fertilizantes: Adubos e corretivos	Defensivos: Controle de pragas e doenças	Práticas de Conservação do solo	Energia elétrica	
1975	-	87 015	180 899	26 828	55 111	206 505
1985	84 523	157 441	201 707	61 612	155 998	234 973
1995-96	133 076	171 949	193 684	83 658	170 602	203 347

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1975, 1985 e 1995-1996, IBGE.

Quanto ao uso de energia elétrica, se considerarmos o período de 1975 a 1985, percebemos um grande salto no número de estabelecimentos declarantes no Estado de Santa Catarina. No ano de 1975, apenas 26,69% dos estabelecimentos agrícolas catarinenses utilizavam energia elétrica em suas propriedades. Já no ano de 1985, o percentual de declarantes passou rapidamente para 66,39%, ou seja, 155.998 mil estabelecimentos do Estado estavam utilizando energia elétrica. Para o ano de 1995-96, também com elevação, cerca de 83,9% dos estabelecimentos do Estado declararam utilizar energia elétrica.

Tabela 18 - Proporção de uso de assistência técnica, fertilizantes, defensivos, práticas de conservação de solo e energia elétrica – Santa Catarina – 1975, 1985 e 1995-1996.

Estabelecimentos informantes em Santa Catarina	Proporção de estabelecimentos informantes (%)				
	Assistência técnica	Fertilizantes: Adubos e corretivos	Defensivos: Controle de pragas e doenças	Práticas de Conservação do solo	Energia elétrica
1975	0,00	42,14	87,60	12,99	26,69
1985	35,97	67,00	85,84	26,22	66,39
1995-96	65,44	84,56	95,25	41,14	83,90

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1975, 1985 e 1995-1996, IBGE.

Ao comparar os índices de evolução da utilização das modernas práticas de produção agrícola do estado de Santa Catarina com os dados apresentados na Microrregião de Chapecó, nota-se menor crescimento para esta última, como se verá a seguir nas Tabelas 19 e 20.

De uma maneira geral, o incremento de fertilizantes e defensivos na produção agrícola proporcionou aumentar a produtividade das lavouras. Como visto em tabelas anteriores, verificou-se uma acentuada redução na área cultivada dos estabelecimentos agrícolas da região. Em particular, no ano de 1995-96 em relação ao ano de 1985, dados do Censo Agropecuário revelam uma perda de cerca de cerca de 5,9 mil estabelecimentos da Microrregião de Chapecó, o que correspondem a uma redução de cerca de 30 mil hectares. Entretanto, a Microrregião manteve elevação em produções de suas principais lavouras. Este

fato pode estar relacionado com o aumento da utilização de insumos modernos na agricultura, tais como o uso de fertilizantes e defensivos.

No ano de 1985, cerca de 7.124 mil (19,42%) estabelecimentos da Microrregião de Chapecó declararam utilizar assistência técnica em suas propriedades. No ano de 1995-96, foram 18.853 mil estabelecimentos declarantes de uso de assistência técnica, o que representava 61,19% dos estabelecimentos da Microrregião de Chapecó.

Tabela 19 - Uso de assistência técnica, fertilizantes, defensivos, práticas de conservação de solo e energia elétrica – Microrregião de Chapecó – 1975, 1985 e 1995-1996.

Estabelecimentos informantes na Microrregião de Chapecó	Total de estabelecimentos informantes					
	Assistência técnica	Fertilizantes: Adubos e corretivos	Defensivos: Controle de pragas e doenças	Práticas de Conservação do solo	Energia elétrica	Número de Estabelecimentos
1975	-	5 146	25 144	2 404	1 932	28 952
1985	7 124	17 457	29 298	11 909	22 966	36 688
1995-96	18 853	26 554	29 554	18 975	26 016	30 809

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1975, 1985 e 1995-1996, IBGE.

Na Tabela 20, pode-se verificar que no ano de 1975, no que se refere ao uso de fertilizantes agrícolas, a Microrregião de Chapecó apresentou índice inferiores aos estaduais, pois apenas 17,77% dos estabelecimentos declararam utilizar fertilizantes. Para os anos de 1985 e 1995-96, os índices foram de 47,58% e 86,19% respectivamente. Vale lembrar que no ano de 1995-96, em termos percentuais, o número de declarantes de utilização de fertilizantes era maior na Microrregião de Chapecó que no Estado.

No ano agrícola de 1975, cerca de 86,85% dos estabelecimentos da Microrregião praticavam controle de pragas e doenças em lavouras. Em 1985, 79,86% dos estabelecimentos utilizavam controle de pragas e doenças e em 1995-96, o percentual foi de 95,93%. Esta variação percentual nos anos de 1985 e 1995-96 não se mostra muito significativa, visto que para estes mesmos anos, o número de estabelecimentos declarantes foi praticamente igual, com 29.298 e 29.554 respectivamente. O que teve significativa relevância foi à variação do total do número dos estabelecimentos existentes, com um grande aumento no ano de 1985 e uma gradativa redução para o ano de 1995-96, variações estas também ocorridas em todo o estado de Santa Catarina.

Em se tratando de uso de práticas de conservação do solo tais como, controle da erosão ou desgaste causado por águas e ventos, o número de estabelecimentos declarantes na Microrregião de Chapecó foi de 2.404 mil (8,30%) no ano de 1975. No ano de 1985, com um grande aumento, eram 11.909 mil estabelecimentos, que representavam cerca de 32,46% d

total regional. No ano de 1995-96 o índice volta a crescer, representando 61,59% os estabelecimentos declarantes de uso de conservação do solo.

Tabela 20 - Proporção de uso de assistência técnica, fertilizantes, defensivos, práticas de conservação de solo e energia elétrica – Microrregião de Chapecó – 1975, 1985 e 1995-1996.

Estabelecimentos informantes na Microrregião de Chapecó	Proporção de estabelecimentos informantes (%)				
	Assistência técnica	Fertilizantes: Adubos e corretivos	Defensivos: Controle de pragas e doenças	Práticas de Conservação do solo	Energia elétrica
1975	0,00	17,77	86,85	8,30	6,67
1985	19,42	47,58	79,86	32,46	62,60
1995-96	61,19	86,19	95,93	61,59	84,44

FONTE: Elaborado a partir dos dados dos Censos Agropecuários 1975,1985 e 1995-1996, IBGE.

Um fato que merece destaque é a expressiva expansão da utilização de energia elétrica no meio rural na Microrregião de Chapecó. Em 1975, apenas 1.932 mil estabelecimentos declararam utilizar energia elétrica, que representava 6,67% da Microrregião. No ano de 1985, o número de estabelecimentos declarantes elevou-se para 22.966 mil, representado 62,60% dos estabelecimentos. Em 1995-96, cerca de 84,44% dos seus estabelecimentos agrícolas utilizavam energia elétrica nas propriedades.

5. Considerações Finais

Apesar dos principais aspectos da evolução das políticas públicas estarem voltadas a atender ao setor agrícola brasileiro e regional, que mantinham o intuito de beneficiar o pequeno agricultor familiar, nota-se que isto não foi verdadeiro para o conjunto da Microrregião de Chapecó.

Quanto à estrutura fundiária da Microrregião de Chapecó, no período em análise observou-se uma redução de 5,8 mil estabelecimentos agrícolas e, conseqüentemente, reduziram-se também cerca de 30 mil hectares da área destes estabelecimentos. Este fato ocorrido na Microrregião de Chapecó durante os anos de 1985 a 1995-96 assemelhou-se ao verificado no Estado o que pode ser resultado do êxodo rural e da forma discriminatória com que as políticas públicas trataram os pequenos estabelecimentos.

No que se refere aos sistemas de produção, percebe-se que com o avanço e implantação de novas técnicas e níveis tecnológicos intensificou a integração entre agricultores e empresas agroindustriais, proporcionando o aumento da produtividade e trazendo fortes fatores de desenvolvimento para a região. Porém, devido a descapitalização de muitos agricultores

familiares, esta integração acabou gerando graves dificuldades para a produção, visto que muitos não foram capazes de se adequar aos novos moldes tecnológicos, principalmente a pecuária de suínos e aves.

Em consequência da implantação dos novos padrões tecnológicos, ainda que de forma menos intensa, a Microrregião de Chapecó, assim como todo o estado de Santa Catarina apresentou acentuada redução de número e área de estabelecimentos agrícolas durante o período intercensitário de 1970 a 1995-96. Cabe destacar também, que muitos agricultores, diante das dificuldades de produção, buscaram diversificar sua produção e com isto procurar manter sua família no campo.

Em se tratando de aspectos e objetivos das políticas de modernização da agricultura, o que se nota na Microrregião de Chapecó, é que aumentou, com maior ênfase, o número de estabelecimentos agrícolas utilizando os chamados “insumos modernos”, tais como: assistência técnica, fertilizantes e defensivos. No ano agrícola de 1995-96, registrou-se que 61,19% dos estabelecimentos da Microrregião de Chapecó utilizaram assistência técnica em suas propriedades. Apontou-se também que 86,19% utilizavam fertilizantes e cerca de 95,93% dos estabelecimentos praticavam o uso de defensivos. Com menor relevância, registrou-se aumento no uso de maquinaria agrícola, como o uso de tratores, máquinas para plantio e colheita. De qualquer forma, cabe ressaltar novamente, este processo de modernização não se deu de maneira uniforme em relação ao restante do Estado e, provavelmente, também não nos quadros da própria região.

Além disso, os próprios dados censitários indicam que o movimento migratório e o êxodo rural persistem na região. São novas demandas que se impõem tanto aos centros urbanos que ao rural regional. Aos primeiros, o acelerado crescimento populacional exige amplos e rápidos investimentos em infra-estrutura. Ao rural, sobressaem-se sobretudo aquelas demandas ligadas às questões ambientais e à necessidade de conversão produtiva de forma a dar conta da sobrevivência e manutenção da população rural. Nos dois casos, destaca-se a importância do debate sobre os rumos e as alternativas para o desenvolvimento da região.

Pela sua importância regional, a mudança de significado (e de papel) da pequena produção agrícola passa pelo entendimento de que “o espaço rural não é apenas um local de produção agrícola, mas um espaço de iniciativas diversas e de vida, para uma parte importante da população, ampliando o papel da agricultura familiar” (MATTEI, 1998). Faz-se necessário, a adoção de novas estratégias adequadas para tornar o meio rural um espaço propício à construção da cidadania e de condições de vida capazes de promover a integração econômica e social das populações que vivem no meio agrícola. Do contrário, o processo exclusão

resultante da modernização desigual verificado nas últimas décadas do século passado corre o risco de se repetir.

6. Referências bibliográficas

CENSO AGROPECUÁRIO – SANTA CATARINA – 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
In: Banco de Dados do Curso de Ciências Econômicas – UNOCHAPECÓ.

CENSO AGROPECUÁRIO – SANTA CATARINA – 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.
In: Banco de Dados do Curso de Ciências Econômicas – UNOCHAPECÓ.

CENSO AGROPECUÁRIO – SANTA CATARINA – 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

CENSO AGROPECUÁRIO – SANTA CATARINA – 1995/1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

FIGUEIREDO, Vilma. *Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária.* Relatório de Pesquisa. Brasília: Unb, 1988.

INSTITUTO CEPA. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2001/2002.* Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.

LEITE, Sergio P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil.* Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

MATTEI, L. *A Pluriatividade no Contexto do Desenvolvimento Rural Catarinense;* Idéias e Ações. Florianópolis: Cepagro, n. 4, 1998.

MELLO, Márcio A.; SCHMIDT, Wilson. A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. *Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural.* Chapecó: Ed. Argos, 2005.

MUSSOI, Eros M. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. *Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina.* Florianópolis: UFSC, 2003.

SILVA, José Graziano da. *A Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna.* Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v.27, n.3, p.309-25, jul./ago./set. 1989.

TESTA, V.M. *et al., O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense.* Florianópolis: Epagri, 1996. (proposta para discussão).